

---

## Institutos Históricos, Geográficos, Arqueológicos e Literários: Seleção de Memórias, Construção Histórica e Conflitos Identitários

Luís César Castrillon Mendes<sup>1</sup>

Nathália da Costa Amedi<sup>2</sup>

Renilson Rosa Ribeiro<sup>3</sup>

**Resumo:** No ano de 1838, na então Corte no Rio de Janeiro, nascia o primeiro instituto histórico do Brasil (IHGB), uma academia ilustrada destinada a construir um sentimento de identidade nacional para o jovem Estado monárquico brasileiro. Essa iniciativa deveria disseminar-se pelas demais províncias do Império, sob a liderança do grêmio fluminense. As fundações do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (1862), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894) e do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919) foram exemplos desse ambicioso projeto. Partindo-se do fato de que a escrita histórica é institucionalizada, compartilhando as reflexões de Michel de Certeau, objetiva-se com o presente texto analisar algumas dessas agremiações enquanto entidades organizadoras e hierarquizadoras de narrativas históricas, resultantes de procedimentos teórico-metodológicos e políticos previamente estabelecidos, aos quais procuram produzir identidades.

**Palavras-Chave:** Institutos Históricos. Identidades. Memória. História do Brasil.

### Historical, Geographical, Archaeological and Literary Institutes: Selection of Memories, Historical Construction and Identity Conflicts

**Abstract:** In the year 1838, at the then Court in Rio de Janeiro, the first historical institute of Brazil (IHGB) was born, an illustrated academy designed to build a sense of national identity for the young Brazilian monarchist state. This initiative should be disseminated by the other provinces of the Empire, under the leadership of the Rio de Janeiro guild. The foundations of the Pernambuco Archaeological and Geographical Institute (1862), the Historical and Geographical Institute of São Paulo (1894) and the Historical Institute of Mato Grosso (1919) were examples of this ambitious project. Starting from the fact that historical writing is

---

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Estágio pós-doutoral em andamento em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista PNPd/Capes. Professor Adjunto I do Curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Email: l.cesar69@hotmail.com.

2 Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora de História na Educação Básica – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).

Email: nathaliadacostaamedi@yahoo.com.br

3 Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Estágio pós-doutoral em andamento em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado I do Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História e ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Email: rrenilson@yahoo.com.

---

institutionalized, sharing the reflections of Michel de Certeau, the objective of this paper is to analyze some of these associations as organizers and hierarchical entities of historical narratives, resulting from previous theoretical-methodological and political procedures Those who seek to produce identities.

**Keywords:** Historical Institutes. Identities. Memory. History of Brazil.

### **Memória e Identidade: Conceitos Construídos Social e Culturalmente**

A diferença entre as diversas identidades nacionais reside, portanto, nas diferentes formas pelas quais elas são imaginadas.

Woodward, 2009

Zygmunt Baumann (2005, p. 28), em entrevista ao jornalista Benedetto Vecchi, referindo-se a crise da identidade nacional, característica da época que ele denominou de “modernidade líquida”, afirma que são períodos marcados por um distanciamento das ações do Estado sobre o indivíduo, abrindo espaços para o surgimento de novas identidades. Característica bem diferente do contexto de surgimento do Estado nacional moderno que deveria se sustentar a partir de um sentimento identitário nacional, em que objetivava o monopólio de traçar a fronteira entre os *nós* e os *eles*. Algumas páginas à frente, ao referir-se ao conceito, o sociólogo polonês adverte:

Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. [...] é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado (BAUMANN, 2005, p. 83-84).

As reflexões de Baumann podem nos auxiliar na análise do projeto de identidade nacional, encetado pelo Estado-nação, cujo esboço no Brasil se deu durante os primeiros anos do Segundo Reinado (1840-1889), justamente no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das instituições criadas para esse fim, na Corte imperial.

Pode-se inferir que nos dias atuais, identidade constitui-se em um dos conceitos que tem sido alvo de intensos debates. As críticas são dirigidas principalmente contra a ideia de uma identidade naturalizada, essencializada, homogênea e única. Um caso particular de identidade, e talvez um dos mais complexos, mereceu especial atenção no interior de organizações criadas com o intuito de se escrever uma história, por meio das memórias e

---

histórias cuidadosamente selecionadas que se constituiriam na base da representação de uma identidade nacional.

A seleção de acontecimentos e personagens envolve uma série de questões políticas e jogos de interesses dos grupos dominantes no poder, bem como daqueles que estão à margem dele. Esta escolha não é neutra. Definir os agentes que traduzirão os sentimentos nacionais ou os anseios dos seus grupos nos remete a reflexão sobre as polêmicas em torno das disputas de identidade e da busca do sentido do passado.

Fazer esta escolha significa produzir a composição do retrato e dos valores que se deseja instituir para a população. Em síntese, procura-se forjar modelos a serem seguidos e exaltados. A constituição de um calendário de festas e comemorações, assim como o culto aos grandes personagens do passado, geralmente tidos como os construtores ou fundadores da nação ou de um movimento revolucionário, faz parte do processo de legitimação de um regime político ou das lutas de reivindicações de grupos minoritários, por exemplo.

Nesse sentido, segundo Ângela de Castro Gomes:

Processos de construção de identidade, como se sabe, além de inconclusos e permanentes, remetem sempre a dimensões simbólicas, envolvendo a invenção, a divulgação, a imposição e a adesão de um grupo a ideais, valores, crenças, ideologias, etc., que são operacionalizados e/ou materializados em instituições, rituais, festas, símbolos, etc. Uma das dimensões particularmente caras à análise do historiador, nesse complexo processo, é produção de um “passado comum” ao grupo: a constituição de referenciais que lhe assegurem uma “origem” e lhe garantam “continuidade” no tempo, a despeito das transformações que possa ter efetivamente sofrido (GOMES, 2009, p. 29-30).

Institutos históricos como o IHGB e seus congêneres nas províncias/estados, academias literárias, museus, arquivos e associações científicas – desde os tempos do Império – cumpriram a missão de forjar um passado comum para a nação brasileira.

A análise da construção de narrativas nesses espaços têm sido emblemática para se entender o processo de construção de mitologias fundacionais pautadas em conceitos como origem, povo, tradição e herança. Nas páginas das publicações dos letrados do IHGB, à guisa de ilustração, podem ser identificadas memórias e biografias dos construtores ou formadores do Brasil desde os tempos coloniais (OLIVEIRA, 2011), assim como dos principais acontecimentos da nação imaginada.

Dessa forma, esses institutos trazem como proposta a construção de uma história fundamentada e subordinada à memória oficial da nação/região. No caso dos institutos brasileiro e paulista, respectivamente, a memória e identidade da Monarquia constitucional

---

bragantina e do Estado republicano pós-1889. Para o congênere de Pernambuco, a revisão da memória e identidade regionais, ao passo que em Mato Grosso, a criação de uma memória e identidade genuinamente “cuiabana”, como se verificará no decorrer do texto.

A organização, as finalidades e as formas de entender o passado do grêmio fluminense serviram de modelo e fontes de inspiração para iniciativas semelhantes em diferentes partes do Brasil no final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, por exemplo, foram fundados o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (1862), o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894, na capital paulista, e o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), no contexto das comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919.

Para problematizar a identidade enquanto conceito podem-se trazer algumas perspectivas abordadas pelos estudos culturais. Para Stuart Hall, identidades, construídas discursivamente, emergem no interior das modalidades específicas de poder e são mais um produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, em seu significado tradicional, ou seja, algo inteiriço e sem diferenciação interna (HALL, 2009, p. 109-110). Para Kathryn Woodward (2009, p. 9), se a identidade é relacional, ela está marcada pela diferença e sua fixação se dá por meio de símbolos.

Este texto pretende abordar alguns desses lugares institucionais que objetivaram a construção de identidades, entre a segunda metade dos Oitocentos e as primeiras décadas do século passado. O termo lugar, neste texto, remete às reflexões acerca do *lugar social*, elaboradas por Michel de Certeau, no qual em torno dele se instaura um conjunto de práticas e interesses, cujo intuito é a elaboração de uma escrita. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) priorizaram uma construção identitária em nível nacional, enquanto que o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), também produziram identidades, porém, de caráter regional por meio de uma releitura das diretrizes para a escrita de uma história nacional produzida pelo IHGB.

### **Um Instituto Autodenominado Brasileiro**

Art. 1º – O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a história e geographia do Imperio do Brazil; e assim tambem

---

promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despeza.

(RIHGB, 1839, p. 18)

No contexto de disputas pelo poder político e no anseio de aproximar o Brasil das nações *civilizadas*, várias instituições científicas e culturais foram criadas. As primeiras, com a chegada da família imperial, foram as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, inauguradas já em 1808, por D. João VI. No contexto do Primeiro Reinado (1822-1831), foram criadas a Academia Imperial de Belas Artes (1826) e as faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (1827), e, durante o período regencial, o Colégio Pedro II (1837), além do IHGB e do Arquivo Público do Império, (ambos em 1838).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu do interior da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), idealizada em 1820, mas instalada somente em 19 de outubro de 1827, funcionando até 1904, quando foi incorporada ao *Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro*, transformado depois em *Centro Industrial do Brasil*. Entre 1833 e 1892 foi publicado o seu periódico, *O auxiliador da Indústria Nacional*, cuja missão seria vulgarizar conhecimentos úteis à lavoura e às demais atividades produtivas nacionais (SILVA, 1989).

Na sessão do dia 16 de agosto de 1838 da Sociedade Auxiliadora o cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário adjunto e o primeiro secretário, marechal Raimundo José da Cunha Matos, propuseram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico. No dia seguinte a proposta foi aprovada por unanimidade. Em 25 de agosto o cônego propôs que se convidassem algumas personalidades políticas para serem os sócios fundadores. Proposta igualmente aprovada. Marcada a Assembleia Geral para 21 de outubro, às onze horas da manhã, reunidos no salão da SAIN, sob a presidência do marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, que dirigia essa instituição, foi declarado fundado o Instituto, contando com 27 sócios. Em seguida, foram escolhidos para servirem interinamente como presidente e primeiro e segundo secretários, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o médico Emílio Joaquim da Silva Maia, respectivamente<sup>4</sup>.

---

4 Para Francisco Iglésias (2000), o grêmio criou uma maneira de fazer pesquisa no Brasil pautada no pragmatismo da história e no cuidado com a documentação. Ao refletir sobre a produção historiográfica brasileira entre 1838 e 1931, o autor percebeu que a maioria dos historiadores teve como referência de centro de

---

Para Lorenzo Aldé, na polêmica história acerca da data correta do começo da história do Brasil – se seria 1500 com a vinda dos portugueses, ou antes, com as primeiras sociedades indígenas que aqui chegaram, ou mesmo 1822 com a proclamação da independência – poderia ser afixada outra opção:

[...] a História do Brasil começa em 21 de outubro de 1838. Nessa data foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Começava então a construção oficial do nosso passado. A cargo das mentes coroadas daquela casa do saber ficava a missão de interpretar o país recém-independente: quem éramos, de onde vínhamos, qual era o nosso lugar? (ALDÉ, 2008, p. 56).

Para as finalidades estipuladas para este texto, as fontes privilegiadas para análise serão as publicações dessas agremiações, que evidenciam os seus respectivos projetos institucionais pelos quais foram criados. Trabalhar com esses periódicos requer alguns cuidados metodológicos. Assim como qualquer fonte, não se pode confiar na retórica da documentação e nem em seus discursos unificadores e homogeneizadores. Neste sentido, Tânia Regina de Luca (2008, p. 140) oferece algumas sugestões práticas no trato com este tipo de documentação. A primeira delas é atentar-se para a disponibilidade das longas séries; no caso da Revista do IHGB, por exemplo, desde 1839 há publicação ininterrupta até os dias de hoje. Para o uso das revistas, continua a autora, é preciso observar as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a determinado tema.

Para Jean François Sirinelli (1996, p. 249), uma revista é um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade. Aí reside a importância de se identificar autores, editores, colaboradores mais assíduos e os textos selecionados para a veiculação. Observar as ligações com diferentes poderes e interesses financeiros, bem como ao público a que se destina.

Pensando com Pierre Bourdieu, os historiadores do IHGB, encarregados de produzir uma história para a nação, são dotados de um poder simbólico, esse poder invisível conferido a determinados indivíduos ou segmentos sociais que:

Detêm o monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e por este meio, de fazer e desfazer os grupos. Poder impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão, que quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BORDIEU, 2010, p. 113).

---

pesquisa o IHGB, seja auxiliando na tarefa de coleta, seleção e conservação de documentos, seja na produção de trabalhos vinculados ao Instituto ou independentes (GUIMARÃES, 2011; RIBEIRO, 2015; MENDES, 2011).

---

O IHGB passaria a divulgar, por meio de sua *Revista*, um projeto de integração das diversas províncias à Corte no Rio de Janeiro, a partir de um monopólio do saber historiográfico, de dar a conhecer e de principalmente se fazer reconhecer. Com base nas questões do tempo presente se selecionaria no passado materiais e personagens para fazerem parte dessa história nacional. História esta a ser construída a partir de um *lugar* específico, qual seja, o centro do poder monárquico nos trópicos.

Ao elaborar um estudo sobre o IHGB, Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998, p. 14) analisou a instituição articulada com o projeto de construção da ideia de nação e civilização no Brasil Imperial. Em relação à *Revista*, o autor afirmou que ela se constituía em espaço privilegiado para se rastrear o projeto ambicioso do grêmio fluminense, pois além de registrar as suas atividades por meio de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, suas páginas se abriram à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas – aliás, parte representativa de seu conteúdo nos primeiros tempos; de artigos, biografias e resenhas de obras. Os assuntos que mais apareciam na publicação referiam-se aos indígenas, as viagens exploratórias ao interior do território e a história regional.

Os três principais temas veiculados na *Revista*, selecionados pela *operação historiográfica*, por parte do IHGB, nos dão pistas dos assuntos em evidência à época da fundação: com relação aos indígenas, muitas sociedades causaram grandes transtornos aos sertanistas que se aventuravam pelo interior, durante o período colonial; como os vários casos de ataques de indígenas, principalmente as sociedades Guaicuru e Paiaguá. Já no primeiro tomo do periódico do IHGB, em 1839, aparece uma breve notícia sobre os índios cavaleiros, descrevendo seus costumes e as hostilidades oferecidas aos portugueses (RIHGB, 1839, p. 21-44).

As expedições ao interior brasileiro eram outra preocupação do governo imperial no período. Era preciso palmilhar o interior desconhecido, mas não desabitado; delimitar as fronteiras, publicando na *Revista*, diários, mapas e descrições variadas sobre essas remotas regiões. Partindo desses esquadrinhamentos efetuados no território durante o século XVIII se tentava legitimar divergências fronteiriças, mensurar o território no XIX e justificar a sua ocupação.

A ênfase na história regional justifica-se pela necessidade de integração territorial do interior ao litoral, tido como *civilizado*. As tais histórias regionais eram elaboradas a partir do

---

*lugar* central do Império brasileiro; qual seja, o Rio de Janeiro. O Instituto desenvolveu uma política de coleta de documentos no interior das províncias e também no exterior, elegendo como sócios correspondentes os próprios presidentes das províncias, assim como diplomatas brasileiros em diversos países.

Além disso, o IHGB, tendo como protetor o imperador Pedro II, premiava os melhores trabalhos sobre a geografia e a estatística das províncias, acerca da melhor maneira de se catequizar os indígenas para utilização como mão de obra ou sobre *como se deveria escrever a história do Brasil*, esta última constituindo-se enquanto título de uma monografia escrita pelo botânico naturalista e sócio do Instituto Karl Friedrich Phillip von Martius. Premiado em 1847, tornou-se uma espécie de guia que inspiraria quem se lançasse a missão de escrever uma *História Geral do Brasil*.

A dissertação de Martius, escrita em Munique, em 10 de janeiro de 1843, refletiu algumas das inquietações do Estado brasileiro, através do IHGB, de meados do século XIX. Para Temístocles Cezar, o prêmio concedido a Martius legitimou o projeto de escrita da História apto a criar simbolicamente a nação brasileira (CEZAR, 2003, p. 207). O naturalista bávaro deixou diretrizes detalhadas para a confecção de uma história que amalgamasse todo o território nacional. Ou seja, a História enquanto mestra da vida e como meio indispensável para se forjar a nacionalidade.

Os parâmetros estavam traçados, mas isso não significou que eles fossem seguidos integralmente. A tarefa executada em 1854 por Francisco Adolpho de Varnhagen, diplomata e sócio correspondente do Instituto divergiu de Martius na medida em que elegeu como formador da nação brasileira apenas o elemento português.

Em nome da construção e consolidação do Império, os membros do IHGB dedicariam suas atividades de pesquisa documental e de produção de memórias, juízos, biografias e compilações, publicadas nas páginas de seu periódico. Ele seria a vitrine das ideias, projetos e discussões da agremiação<sup>5</sup>.

Escrever história, para esses homens da *boa sociedade*, constituía uma atividade de garimpagem, de quem recolhia documentos da mesma forma como se achassem preciosidades. Para Lilia Schwarcz, “o ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção

---

5 Edney Sanchez (2003), dialogando com os pressupostos da crítica e história literária, destacou que a *Revista* atravessou o século XIX como porta-voz de um grupo de intelectuais brasileiros próximos ao poder imperial e reunido em torno do Instituto.



---

encontrada naquele especialista que, ciente do seu ofício, separa as boas pedras das más, ou mesmo daquelas que ofereciam pouco brilho ao olhar” (SCHWARCZ, 1993, p. 114).

Nas mãos dos senhores da memória e da história, no IHGB começou a se conformar uma história que se pretendia única, apesar de marcadamente regional – uma história com os moldes do tempo saquarema (elite fluminense) (CARVALHO, 2008, p. 551-572); pautada pela utilização parcial e seletiva de fatos e documentos a despeito de sua ilusória neutralidade na seleção.

Sob a proteção e mecenato do imperador, que abrigaria em 1841 a associação no Paço imperial, o IHGB transformou-se num emblemático espaço de sociabilidade, onde conviviam políticos e letrados, e seria – repetidas vezes – lembrado e celebrado como instituição pioneira na pesquisa histórica no Brasil (GUIMARÃES, 2002, p. 381). O Instituto era uma necessidade para a historiografia brasileira pelo seu pioneirismo e pela sua incontestável contribuição acadêmica (RODRIGUES, 1978, p. 37).

Na busca obsessiva de uma identidade brasileira, o grêmio adotou um duplo movimento: de um lado procuraram aqueles elementos que aproximassem o Brasil independente das demais nações civilizadas (europeias), de outro demarcaram as características singulares do país com a finalidade de diferenciá-lo dos conjuntos dos outros povos – a definição da *cor local*. Em síntese, os letrados do IHGB tentavam desenhar um tipo ideal nacional – *o ser brasileiro*. Nesta direção, conforme observou Neuma Rodrigues (2001, p. 16), apareceram como temas de reflexão, por exemplo, as consequências da colonização pelos portugueses e os papéis da miscigenação e do indígena na formação da nação brasileira.

Dessa forma, podemos afirmar que predominava entre os intelectuais do IHGB, aliado ao projeto de nação por parte da Monarquia, o desejo de se construir a identidade da nação, visando, no plano interno, manter a unidade territorial e, no externo, legitimar a sua condição singular de governo monárquico em meio às Repúblicas recém-emancipadas da Espanha.

O Instituto no Rio de Janeiro não foi o único a construir, ou pelo menos tentar construir, identidades durante o século XIX. Outros *lugares* de produção discursiva, tais como o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) tornam-se dois bons exemplos para enriquecer a análise sobre esse conceito, assim como a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), na segunda década do século passado.

### Pernambuco e São Paulo: Entre o Regional e o Nacional

Aos 28 dias do mez de janeiro do anno de 1862, 41°. Da Independencia e do Imperio do Brazil, e anniversario da Restauração de Pernambuco do poder dos hollandezes, no salão do convento do Carmo, desta cidade do Recife, donde se acha a Bibliotheca publica provincial, estando presente o Ill.º Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portela, Presidente interino da referida sociedade, e mais membros installadores abaixo assignados, para o fim de ser installada a Sociedade Archeologica Pernambucana; depois de serem nomeados pelo Presidente o Dr. Antonio Rangel de Torres Bandeira e o Major Salvador Henrique de Albuquerque, secretários, tomaram estes assentos; e o referido Presidente interino, recitou um discurso análogo ao objecto, declarando por fim installada a Sociedade.

(Revista do IAGP, 1863, p. 6-7)

Num país de dimensões continentais torna-se difícil forjar sentimentos de pertencimento em que todas as regiões se vejam representadas. Diferenças étnicas e culturais à parte, condições de colonização específicas, realidades político-econômicas e sociais durante os primeiros séculos da ocupação portuguesa fizeram com que cada região seguisse caminhos distintos de desenvolvimento. A de Pernambuco, por exemplo, tornou-se uma região próspera em razão da valorização do açúcar no mercado externo, sendo responsável até 1820 por metade da renda obtida com a exportação de açúcar e algodão. Os engenhos nas fazendas propiciaram divisas para a importação de escravos da África. A de São Vicente, pelo contrário, não dispunha de recursos para trazer a mão de obra africana vendo-se obrigada a desbravar o interior em busca de riquezas e do braço indígena para sua subsistência.

O próprio processo de independência política fluminense, por assim dizer, não encontrou legitimidade no Norte<sup>6</sup>. Em Pernambuco e Bahia, por exemplo, desencadearam movimentos separatistas tais como a Confederação do Equador, em 1824. O período pós-abdicação de Pedro I, conhecido como Regência, tornou-se palco de inúmeros levantes como a Sabinada, na Bahia, a Balaiada, no Maranhão e a Farroupilha, no Rio Grande de São Pedro do Sul.

Foi justamente nesse conturbado momento que surgiu na Corte não um Instituto Histórico e Geográfico *do Rio de Janeiro*, mas *Brasileiro*, numa clara demonstração de que a história da Corte revestir-se-ia enquanto uma História *Geral*, patrocinada e protegida pelo Império, herdeiro das luzes europeias e fazendo frente às Repúblicas americanas. As

---

6 O termo “nordeste” é uma construção mais recente, data da primeira década do século XX. No século XIX essa região era entendida como norte (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 127-163).

intenções desta agremiação em escrever uma História nacional, a partir das memórias contidas em documentações dignas de fazerem parte dessa escrita são evidentes, assim como a necessidade de se construir uma identidade para a jovem nação brasileira.

Essa não foi uma iniciativa isolada durante o período imperial. Diversas outras instituições foram fundadas. Lugares diversos foram fundados com o intuito de preservar memórias e “civilizar” os trópicos: o Museu Nacional (1808), o Arquivo Nacional (1838), a Academia Imperial de Belas Artes (1826) e também o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), fundado em 28 de janeiro de 1862, o segundo instituto histórico do Brasil e o primeiro do Norte<sup>7</sup>. Fundado no aniversário da restauração de Pernambuco da ocupação holandesa, se encarregaria de preservar esse passado “de glórias” por parte de uma elite rural tradicional em decadência. Nas páginas de sua *Revista* trimestral, seguindo o padrão do IHGB, seriam publicados os acontecimentos relevantes da história pernambucana, principalmente a “Invasão” Holandesa, a Revolução de 1817 e o Movimento Praieiro (1838-9)<sup>8</sup>.

Para Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 99-140), o IAGP manteve-se mais ligado a uma história de perfil regionalista, buscando enaltecer o papel especial da província, do seu povo no passado colonial brasileiro – transformado em mito de formação da identidade pernambucana. Dessa forma, para a autora, não houve uma preocupação de se construir uma identidade nacional a partir dos acontecimentos regionais, mas apenas preservar o lugar da província, agora em crise econômica, como palco de importantes episódios da história do Brasil.

A província de Pernambuco, exceto pela sua localização periférica em relação ao centro do Império, teria elementos suficientes para a construção de uma identidade nacional visto que um de seus acontecimentos, a expulsão dos holandeses, representada por Victor Meirelles no seu óleo sobre tela *A Batalha dos Guararapes*, de 1879, se tornou uma das imagens mais conhecidas, principalmente em livros didáticos. Lá aparecem as três “raças” constituintes da nação brasileira, “lutando em harmonia” frente a um inimigo comum.

---

7 A agremiação, inicialmente com a denominação de Sociedade Arqueológica Pernambucana, por iniciativa de um grupo formado por de cinco fundadores, liderados por Joaquim Pires Machado Portela (1827-1907). Em 16 de agosto foi aprovado o seu primeiro estatuto, passando a denominar-se Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). A partir de 1920 o Instituto incorporou o termo “histórico”, passando a denominar-se IAHGP – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (RIBEIRO, 2011).

8 O periódico do IAGP, diferentemente da Revista do IHGB, sofreu algumas interrupções em suas publicações, como, por exemplo, entre 1870 e 1883, bem como entre 1961 e 1974, devido a dificuldades financeiras (GASPAR, 2012).

---

Configuração esta já apontada por Karl F. Ph. Von Martius, em sua monografia vencedora do prêmio oferecido pelo IHGB sobre a melhor maneira de se escrever a história do Brasil. Francisco Adolpho de Varnhagen, na sua *História geral do Brasil* também localiza no episódio da expulsão dos holandeses a gênese da identidade nacional brasileira (cf. RIBEIRO, 2015).

As lutas entre holandeses e portugueses geraram tensões no processo de construção da narrativa da Restauração pernambucana, ocorrida no século XVII. Duas reivindicações entraram em disputa no século XIX: a primeira, de caráter regional, buscava caracterizá-la como evento símbolo do histórico de lutas contra os poderes centralizados lusitano e depois brasileiro. Outra, a partir da Corte, liderada por Varnhagen e o IHGB, visava elevá-la enquanto mito fundacional da nação.

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, o nativismo pernambucano considerou-se herdeiro da Restauração, servindo de exemplo para os diversos levantes durante os séculos XVIII e XIX (MELLO, 1986, p. 13-15). A fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), em 1862, com o intuito de se preservar a memória restauradora, aconteceu logo após as visitas de Pedro II, em 1859, e Varnhagen, em 1861, “que haviam embaraçado os brios provinciais ao pôr em relevo o abandono a que haviam sido relegados os vestígios do passado e ao indicar a ignorância que pesava sobre eles”. Para Mello, havia a necessidade, naquele momento, de “dar-se a versão pernambucana dos fatos cruciais da história para evitar que ela fosse escrita sob critério estranho” (MELLO, 1986, p. 61-62).

A versão deste novo lugar de enunciação deveria se contrapor à versão imperial construída pelo visconde de Porto Seguro e esse *critério estranho* refere-se ao tratamento negativo dispensado na obra ao episódio da revolução de 1817, assim como aos outros movimentos contestatórios ao regime imposto pelo Rio de Janeiro, tais como a Praieira, em 1848, e a Confederação do Equador, no ano da Proclamação da Independência política. O 28 de janeiro – dia da Restauração frente aos holandeses – seria o escolhido para a celebração das sessões aniversárias da agremiação pernambucana.

O que estava em disputa entre pernambucanos e fluminenses era o *status* de estarem autorizados para a concatenação dessas histórias regionais em uma história nacional dotando-a de sentido, prerrogativas exclusivas do Instituto “brasileiro”. Dessa forma, a disputa pela narrativa do episódio reproduz um colonialismo interno entre esses dois lugares, na medida

---

em que promove o apagamento de outras possibilidades possíveis, de outras identidades e memórias regionais em detrimento de uma narrativa nacional homogeneizadora.

Para Marcela Marinho (2014, p. 70), o episódio das guerras com os holandeses pode servir para identificar uma identidade distinta no interior de um mesmo território nacional, preocupada com o regionalismo e o nativismo pernambucano. Dessa forma, as identidades culturais emergem “através das disputas de forças entres os tempos diversos, passado e presente, por meio um elemento fundador comum tanto do nativismo pernambucano quanto da nacionalidade brasileira”.

Até o final do regime monárquico, contou o IHGB com a *imediata proteção de sua majestade imperial o Sr. D. Pedro II*<sup>9</sup>. Contudo, com a sua deposição pelos republicanos em novembro de 1889, o Instituto na ex-Corte teria de se adaptar ao novo regime. Nessa nova configuração São Paulo se despontava como liderança política e econômica, em virtude de suas lavouras cafeeiras, ao lado de Minas Gerais, produtora de leite e derivados. Durante os primeiros anos do período republicano surgiria o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), *lugar* este com o nítido objetivo de reescrever a história nacional. Para Lilia Schwarcz (1993), tratava-se de buscar no passado acontecimentos e personagens históricos do Estado representativos para se constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que contemplasse o país como um todo.

Podemos pensar então que diferentemente do IAGP, preocupado com uma identidade regional para Pernambuco, o IHGSP almejava construir uma identidade de âmbito nacional a partir de seus valores e símbolos de cultura e civilização, até então monopolizados e concentrados na Corte. A temática que iria servir aos anseios do Instituto paulista seria a do bandeirantismo, valorizados e popularizados pelos seus historiadores.

O IHGSP, diferente do Instituto pernambucano, que vivia uma fase de decadência econômica de suas elites, presenciava um período próspero e era uma instituição que já havia nascido sob a égide republicana. A data escolhida para a sua inauguração foi exatamente o dia do aniversário da proclamação do novo regime: 15 de novembro de 1894, ao contrário do IHGB e do IAGP que traziam ainda os estigmas da Monarquia.

A ação dos bandeirantes paulistas, pela ótica dos letrados do IHGSP, seria a grande responsável pelo alargamento dos limites entre as coroas ibéricas estabelecidos desde

---

9 Durante o período imperial a *Revista do IHGB* trazia essa inscrição em suas capas.

---

Tordesilhas, em 1494; pelas descobertas de riquezas minerais e pela manutenção dessas fronteiras. Para Marcelo Lapuente Mahl (2008, p. 28-29), o IHGSP nasceu seguindo os moldes do IHGB, porém definiu como missão “apresentar um novo olhar sobre a história do Brasil, valorizando especialmente os feitos paulistas e sua influência na história do país”. Este objetivo se revelou claramente já no primeiro volume da revista, que proclamava: “A História de São Paulo é a própria História do Brasil” (FERREIRA, 2002; MAHL, 2001).

Bandeirantismo e o desenho e manutenção das fronteiras serão os motes principais para a constituição da identidade mato-grossense, frente a ameaça da perda da hegemonia política enquanto capital para a parte sul do Estado e para livrar-se de um histórico “estigma da barbárie”, nas palavras de Lylia Galetti (2012).

### **O Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-Grossense de Letras: Construindo Uma Identidade “Cuiabana” para Mato Grosso**

O Instituto Historico de Matto-Grosso tem por fim colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia, geographia e archeologia de Matto-Grosso, bem como á ethonographia dos seus indigenas e á biographia dos seus ilustres.

(Estatutos, RIHMT, I, 1919, p. 8)<sup>10</sup>

De acordo com Lylia Galetti, Mato Grosso era representado pelos brasileiros ora negativamente em razão das grandes distâncias e dificuldades no trajeto que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, e também positivamente como sertão promissor e fronteira da pátria. Para os viajantes estrangeiros do século XIX, Mato Grosso era visto como uma região próxima da barbárie: abundante em recursos naturais e dominados por indígenas e mestiços. Na concepção dos mato-grossenses, havia um profundo mal estar cultural em face de uma identidade estigmatizada pela barbárie (RIBEIRO, 2013).

Paulo Roberto Cimó Queiroz analisa esta situação a partir do drama da sua capital – Cuiabá, que se encontrava ameaçada pelo desenvolvimento da parte sul do Estado. A cidade de Corumbá, por exemplo, fora beneficiada pela reabertura da navegação pelo rio Paraguai, após o término do conflito no Prata, transformando-se num importante centro comercial. “Desenvolvia-se além da pecuária a economia ervateira (ainda que sob o virtual monopólio da Companhia Mate Laranjeira)”. Em 1914 estaria terminada a estrada de ferro Noroeste do Brasil e levas de migrantes de várias partes do país e estrangeiros chegavam em cidades do sul de Mato Grosso, como Campo Grande (QUEIROZ, 2006, p. 156).

---

10 Nesse sentido, suas diretrizes não diferiram das apresentadas pelo IHGB, em 1838.

---

A elite nortista (leia-se cuiabana), durante o governo do bispo D. Aquino Corrêa (1918-22), encarregado de normalizar a vida política da capital, diante desse momento de crise econômica, vivia um período de estagnação e de disputas políticas entre grupos rivais, movidas por paixões partidárias e diante da ameaça de um deslocamento da sede administrativa de Cuiabá para Campo Grande, ou mesmo para Corumbá, responsáveis pela maioria da arrecadação fiscal.<sup>11</sup> O governo consensual de D. Aquino, aliado às oligarquias, tratou de forjar uma identidade mato-grossense em torno das comemorações do bicentenário da fundação de sua capital Cuiabá. É nesse contexto de crise político-econômica que foi criado o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT)<sup>12</sup>, no dia 8 de abril de 1919, aniversário da fundação de Cuiabá, que contou com a presença de Eurico Góis, representante do IHGB, agraciado com o título de sócio correspondente, assim como a imediata indicação para presidente honorário da Instituição mato-grossense o conde Affonso Celso, na época, presidente do IHGB.

No ano de 1921 seria criado o Centro Mato-Grossense de Letras (CML), o que para Galetti (2012, p. 312), foi uma “outra expressão significativa do desejo de individualizar um lugar e sua gente”. Reunindo, em sua maioria, o mesmo grupo intelectual que fundara o IHMT dois anos antes, tinha como intuito incentivar e promover a cultura literária no Estado, tendo como modelo a seguir o parnasianismo, cujas formas perfeitas conteriam a rebeldia romântica. É marcante no Centro Mato-Grossense de Letras também a presença de D. Aquino e de seu meio irmão, o bacharel e literato José de Mesquita, que descreveu o evento de fundação do CML com pompa e júbilo, destacando o seu papel como responsável pela elevação da cultura mato-grossense:

A sessão de instalação solene do “Centro” se efetuou, em memorável tertúlia, no dia 7 de Setembro de 1921, no salão nobre do Palácio da Instrução, presidida pelo próprio Chefe do Estado, e seu Presidente de honra, D. Aquino Corrêa, que produziu uma oração magistral, traçando os rumos e o programa da novel sociedade. Logo no ano seguinte lançou o “Centro” a sua “Revista”, de que foram publicados com rara pontualidade, 22 números – de 1922 a 1932 – e deu início à série de conferências e estudos, que, proferidas em animadas e concorridas sessões lítero-musicais, muito têm contribuído para a elevação da cultura e do bom gosto no seio da gente cuiabana (MESQUITA, 1941, p. 8-9).

---

11 Em relação às disputas políticas em Mato Grosso na Primeira República (FANAIA, 2010).

12 Nos primeiros momentos, após a fundação, não havia referência ao termo “Geográfico” no Instituto de Mato Grosso. Este passou a incorporá-lo posteriormente.

---

Com produções de caráter ufanista, o CML contribuiu com a elaboração de elementos da identidade regional. Apesar de não ficar restrita a esses temas, a Revista do Centro lhe dedicou um espaço significativo:

A natureza regional, eventos e personagens já consagrados na memória histórica local – o elogio ao bandeirante, a conquista do território, a luta contra a barbárie dos sertões, entre outros – foram frequentemente enfocados em textos de caráter historiográfico e literário (GALETTI, 2012, p. 361).

O controle desses dois *lugares* institucionais ficou a cargo de intelectuais nortistas. No IHMT e CML a relação saber-poder era exercida de forma emblemática na fabricação do “ethos” do mato-grossense desejado. Foram seus membros que compuseram a base da representação nativa da identidade regional a partir de uma determinada memória histórica.

Destacou-se neste período a atuação de Virgílio Corrêa Filho, sócio-fundador do IHMT e um dos intelectuais de maior projeção fora do Estado. Este autor foi figura imprescindível na construção de uma identidade mato-grossense para a formação e a consolidação de uma unidade nacional. Suas publicações evocavam diretamente a figura do bandeirante como um personagem central na formação da sociedade mato-grossense, dando ênfase à ascendência bandeirante do cuiabano<sup>13</sup>.

Sua intensa produção e projeção nacional, bem como sua atuação em *lugares* sócio-culturais de relevo no campo da história e geografia como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fez com que o historiador cumprisse a “missão de engrandecer Mato Grosso” no cenário nacional contribuindo para sua representação regional (GALETTI, 2012, p. 363).

Para Vilma Trindade, o ingresso de Virgílio Corrêa Filho no IHMT contribuiu de forma marcante para a criação de uma identidade mato-grossense:

[...] construída com o objetivo de evidenciar a importância de Mato Grosso para a formação e consolidação da unidade nacional. As diversas publicações de sua autoria cumpriram os desígnios de D. Aquino, Bispo e Presidente do Estado de Mato Grosso, além de presidente fundador daquele Instituto, à época preocupado com a constituição de um corpo de “apóstolos de um patriotismo iluminado e sadio”, que deveria comprometer-se com a preservação da “memória nacional” (TRINDADE, 2001, p. 14).

Intelectuais da estirpe de D. Aquino Corrêa e Virgílio Corrêa Filho, arregimentados em espaços como o IHMT e movimentando-se entre diferentes campos disciplinares, foram

---

13 Para saber sobre a atuação de Virgílio Corrêa Filho no IHMT e na historiografia mato-grossense (TRINDADE, 2001; FRANCO, 2009; LEOTTI, 2013).



---

nas primeiras décadas da República, conforme palavras de Ângela de Castro Gomes (2009, p. 25) os porta-vozes do discurso da modernização:

Tais intelectuais assumem, de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, com intensidades que variavam conforme a adesão ou a aceitação do republicanismo, responsáveis, em grande medida, pelo “atraso” em que o país se encontrava (GOMES, 2009, p. 25).

Houve inúmeros protestos por parte da oposição ao governo de D. Aquino, representantes do sul do Estado, criticando os gastos excessivos nas duas edições da festa do Bicentenário, em abril e dezembro de 1919, já que algumas obras que seriam inauguradas no dia 8 de abril não tinham ficado prontas. De acordo com Paulo Queiroz (2006, p. 171), a frase “o estado vive hoje do que rende o sul” tornou-se o mais forte argumento dos sulistas. Essas críticas, observa Galetti (2012, p. 303), “não comprometeram a festa e nem a sua memória. Entraram para a História de Mato Grosso como um momento de renascimento cultural, cujo mérito é, em grande medida creditado a D. Aquino”.

A narrativa dos acontecimentos seria escrita pelo mais conhecido e respeitado historiador mato-grossense, Virgílio Corrêa Filho, que, ao se envolver nessa *luta simbólica* por uma *representação legítima da região*, nas palavras de Bourdieu, confere legitimidade aos acontecimentos à medida que transcende o regional, engrandecendo Mato Grosso no cenário nacional.

A fundação das duas instituições desempenhou um papel fundamental nesse momento de redefinição da identidade regional. A primeira tendo como objetivo preservar a memória e as tradições locais e a segunda voltada para a produção literária sobre temas regionais – ambas com características fortemente nacionalistas.

Segundo Osvaldo Zorzato (1998, p. 8), os dilemas e impasses acerca da necessidade de construção da identidade nacional brasileira – que assombravam os letrados do IHGB no século XIX – continuavam latentes no século seguinte. As primeiras décadas do regime republicano, permeada pelas contendas políticas entre as elites regionais davam o tom das disputas identitárias. O mosaico que formava o retrato da nação dependia das cores das peças locais. As forças políticas regionalizadas desejavam construir sua própria memória e atrelá-la à narrativa da nação – o que não era tarefa pacífica. Era necessário reordenar o passado – tempo, sujeitos e fatos históricos – em nome da identidade de um povo: o enterro do estigma

da barbárie e a emergência dos destemidos e patriotas mato-grossenses, sentinelas das fronteiras, descendentes dos bandeirantes (AMEDI, 2014; AMEDI & RIBEIRO, 2013)<sup>14</sup>.

O Instituto era o presente mais útil que se poderia oferecer à terra mato-grossense, na ocasião em que se anunciava um novo século de sua história. Os compromissos da instituição estavam expostos logo no artigo 1º dos seus *Estatutos*, conforme a epígrafe acima. Percebe-se que suas diretrizes não diferiram das apresentadas pelo IHGB, em 1838.

Para o primeiro secretário Philogônio de Paula Correa, em seu discurso na sessão solene de inauguração do grêmio, o IHMT tinha nobre missão de:

[...] tornar bem conhecidos a nossa grandeza e a nossa raça. E' immortalizar os feitos dos que se foram, é immortalizar os heróis, é escolher modelos para o futuro. Glória á nação que não deixa apagar a memoria dos seus beneméritos (Discurso proferido pelo orador official, Professor Philogonio de Paula Corrêa, 1º secretario do Instituto, RIHMT, (II), 1919, p. 8).

São evidentes os esforços materiais e intelectuais no sentido de realçar o valor histórico e político de Cuiabá como cidade-mãe de Mato Grosso e dos cuiabanos como os representantes mais autênticos da “raça” mato-grossense. Como já dito anteriormente, por essa época, a mudança da capital de Cuiabá para Corumbá ou Campo Grande era para muitos cuiabanos uma ameaça real<sup>15</sup>.

A velha cidade colonial, descrita nos jornais à época como “um triste enfermo” por fugir aos padrões europeus de metrópole, era defendida pela sua elite letrada e política em nome de um passado (inventado) glorioso, de um presente (ressentido) de conciliação e de um futuro (desejado) de progresso.

Nesse sentido, as comemorações do bicentenário e a instalação do IHMT foram um momento privilegiado de defesa da sua condição de capital política, intelectual e histórica do

---

14 Em larga medida, os letrados do IHMT seguiam os passos do seu congênere paulista – reforçando a epopeia bandeirante como os grandes protagonistas da história do Brasil. Segundo Antonio Celso Ferreira (2002, p. 128), no IHGSP, “seja nas biografias, seja nas genealogias, buscava-se a construção de trajetórias comuns, responsáveis por grandes realizações, individuais ou clânicas, fazendo-as transcender os marcos da própria colonização, com base no recuo a um passado longínquo europeu. A nobilitação das personagens revela a ambição de fixar uma epopéia paulista, sustentada por indivíduos aos quais se atribuía uma força superior”.

15 A perda da condição de capital era um fantasma que assombrava Cuiabá desde os tempos coloniais. No artigo *Boatos e sugestões revoltosas*, Nauk Maria de Jesus (2007, p. 276) avalia as condições políticas da capitania ao longo da segunda metade do século XVIII, procurando evidenciar as motivações da política do poder metropolitano na fronteira oeste da Colônia. Neste sentido, a autora discorre sobre as disputas presentes na definição de Vila Bela como capital da capitania de Mato Grosso pela Coroa, contrariando os anseios de Vila Real do Cuiabá e dos arraiais de São Francisco Xavier e Santa Ana que almejavam “ser escolhidos para sediar a cabeça do governo”. Acerca dessa discussão sobre a perda da condição de capital de Cuiabá (AMEDI, 2014).

---

Estado. Cuiabá transformava-se naquele momento na síntese, ou melhor, no coração, de Mato Grosso.

Em relação à criação das duas instituições, Laura Antunes Maciel (1992, p. 132) tece as seguintes considerações:

De um lado, escolhe-se o que e como lembrar, ordenando o passado e definindo suas possibilidades e aliados, construindo uma memória comum a todos os mato-grossenses. De outro, esse movimento elege o responsável pela guarda desse passado: o cuiabano. Descendente direto dos bandeirantes paulistas, ele constituiria o verdadeiro mato-grossense. Dessa forma, operando uma reconstrução seletiva do passado, busca-se construir, ao mesmo tempo, o seu legítimo herdeiro e o outro, o excluído dessa história. E esse outro, em alguns momentos, podia ser tanto os demais nascidos em Mato Grosso, principalmente no sul do estado, quanto os “paus-rodados”, os que vieram de outros estados brasileiros e que em nenhum momento confundem-se com os “da terra” (MACIEL, 1992, p. 132).

Os festejos referentes ao bicentenário de Cuiabá inseriram-se nas comemorações do centenário da independência política do Brasil, na qual o IHGB buscava elaborar um dicionário histórico, geográfico e etnográfico de todos os estados brasileiros. D. Aquino se empenhou em confeccionar uma Carta Geográfica do Estado que iria ser elaborada pela Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon. Símbolos como o brasão e o hino do Estado, ambos criados por D. Aquino Corrêa, figuravam lado a lado com a obra *História de Mato Grosso*, de Virgílio Corrêa Filho, cuja primeira edição é de 1922, uma iniciativa do IHMT em homenagem ao centenário da independência cuja verba foi concedida pelo governo de D. Aquino, presidente do Estado e do Instituto Histórico (GALETTI, 2012, p. 283-285).

### **Memória, História e Identidade: Entre o Regional e o Nacional**

Após este percurso pelos *lugares* institucionais que objetivavam construir identidades, pode-se perceber que esse conceito, assim como outros, não deve ser encarado enquanto essência, mas sim enquanto construções socioculturais e políticas. Podemos pensá-la, de acordo com Baumann (2005, p. 83), como algo posicional, relacional, que surge do conflito, da crise; ela emerge de um campo de batalha, seu *lar natural*.

A produção de identidades seja regional ou nacional, conforme as priorizadas pelos Institutos analisados, traz em comum o fato de que se efetivou em períodos de crise político-econômica e/ou sócio-cultural, seja no âmbito interno ou externo.

No caso do IHGB, a necessidade de construir uma identidade que conseguisse amalgamar o Estado brasileiro vinha ao encontro do projeto monárquico de promover a

---

integração territorial, mantendo a unidade do Império, frente a ameaça externa republicana. Internamente o perigo da fragmentação territorial era uma realidade que esteve bem próxima, principalmente no período regencial, época de surgimento de diversos conflitos de viés separatista. O IHGB foi fundado justamente nesse período instável politicamente.

O IAGP apareceu num momento de declínio do poder econômico das elites rurais pernambucanas, que não se sentiam representadas pelo discurso historiográfico elaborado na Corte. A escrita da história por meio da coleta e sistematização de uma memória acerca do passado glorioso colonial pernambucano evidenciaria a grandeza da região e destacaria a bravura de seu povo. Esta agremiação vai justamente dar visibilidade aos levantes ocorridos na Província, durante o período regencial, que contestavam o governo central. A data da restauração pernambucana frente aos holandeses, no século XVII, tornou-se o dia das reuniões aniversárias, assim como ocuparam posições destacadas os episódios da Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824) e o movimento Praieiro de 1848.

O IHGSP, apesar de ter surgido num contexto favorável economicamente, não se via identificado, a exemplo do Instituto Arqueológico de Pernambuco, com a seleção e produção escriturária do IHGB. A frase provocativa, “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, publicada no primeiro volume da sua *Revista*, denunciava a insatisfação com o Instituto fluminense que havia se autodenominado brasileiro. Nascido sob os auspícios do sistema republicano teria todas as condições necessárias para a reescrita da História do Brasil, a partir de um novo *locus* social.

Em Mato Grosso, o momento de crise econômica da porção norte, contrastando com o desenvolvimento do sul, fez surgir o IHMT e o CML, instituições que redimensionaram a insipiente identidade mato-grossense. Elas tratariam de promover a inserção de Mato Grosso na grande narrativa da nação brasileira, deixando de ser apenas um apêndice da epopeia bandeirante. A manutenção das fronteiras e a fundação de cidades como Vila Bela, durante a segunda metade do século XVIII, se deviam aos cuiabanos, os “autênticos” mato-grossenses.

Dessa forma, os projetos de integração historiográfica e identitária, por parte do IHGB, encontraram dificuldades de aceitação/compatibilização, na medida em que cada região/lugar iria reelaborar as suas prescrições. Pernambuco, historicamente rival da Corte, já havia estampado uma espécie de protesto, já na nomenclatura de sua agremiação ao substituir, nos momentos iniciais, o termo *histórico* pelo *arqueológico*. O congênere de Mato Grosso se identificará muito mais com o Instituto de São Paulo, (interessado em produzir uma história

---

“paulista” do Brasil), do que com o do Rio de Janeiro, certamente pela ligação com aquele desde os tempos coloniais.

Dessa forma, a disputa pela escrita histórica sob uma perspectiva regional ou nacional, desde o Oitocentos brasileiro, pode constituir-se em uma interessante maneira de se (re)visitar o passado em momentos de busca de seleção e de preservação de memórias e identidades a fim de servir de fundamento para a construção da narrativa regional/nacional da nação brasileira.

Para Janaína Amado (1990, p. 12-13), o estudo do regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. Assim, nos termos da autora, a historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.

Perceber as nuances entre os quatro institutos analisados, observando as tensões regionais/nacionais, bem como a contribuição do Centro de Letras na consolidação desse processo para a identidade local, pode oferecer a oportunidade rara de se trabalhar com conceitos complexos, tais como memória, identidade e história, bem como com os *lugares* em que elas são forjadas, entre muitos outros, pode servir para nos lembrar que esses conceitos complexos e polissêmicos se fazem presentes em nossos dias e precisam ser constantemente reelaborados e ressignificados. Vivemos em um presentismo em que há uma demanda crescente pela memória e a sua patrimonialização, assim como identidades em conflito, ou buscando celebração, além de narrativas em guerra (LAVILLE, 1999).

Cabe à História inserir-se efetivamente nessas questões contemporâneas no sentido de interferir qualitativamente na vida prática, promovendo uma potencialização da consciência histórica de alunos, professores e comunidade, buscando evitar, quem sabe, nos termos de Mairon Valério e Renilson Ribeiro (2013), a morte da política.

### Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife, PE: Bagaço, 2008.

ALDÉ, Lorenzo. Os inventores do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 39, p. 56-58, dez. 2008.

- AMEDI, Nathália da Cosa. *A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- AMEDI, Nathália da Costa; RIBEIRO, Renilson Rosa. “... denodados heróis, civilizadores do sertão...”: o mito fundador bandeirante na constituição da história de Cuiabá – Mato Grosso, século XX. In: *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, MT v. 9, p. 153-180, 2013.
- BAUMANN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 107-132.
- CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, p. 551-572, 2008.
- CÉZAR, Temístocles Américo. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX, ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, RS: Ed. Da UFRGS, 2003, p. 173-208.
- FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2010.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- FRANCO, Gilmar Yoshihara. *O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana 1920-1940*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2009.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá, MT: EdUFMT; Entrelinhas, 2012.
- GASPAR, Lúcia (Org.). *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1862-2012): uma bibliografia aos 150 anos*. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 285-287.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.

- 
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; IPEA, 2000.
- IHGMT. Bicentenário. Mensagem do Presidente, 18.5.1919. In: *RIHMT*. Cuiabá, MT, (I), p. 14-15, 1919.
- IHGMT. Bicentenário. Discurso proferido pelo orador oficial, Professor Philogonio de Paula Corrêa, 1º secretário do Instituto. In: *RIHMT*. Cuiabá, MT, (II), p. 7-11, 1919.
- IHGMT. Bicentenário. Estatutos. In: *RIHMT*. Cuiabá, MT, (I), p. 8-14, 1919.
- JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, MT, v. 5, n. 2, p. 93-113, jul. dez. 2012.
- JESUS, Nauk Maria de. Boatos e sugestões revoltosas: A rivalidade política entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela – Capitania de Mato Grosso (segunda metade do século XVIII). In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena Sales de. (Org.). *De um império ao outro: sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2007, p. 275-296.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A Memória Evanescente: Documento e História. In: KARNAL, Leandro; FREITAS NETO, José Alves de (Org.). *A Escrita da Memória: Interpretações e Análises Documentais*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004, p. 41-61.
- LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.
- LEOTTI, Odegar. Bicentenário de Cuiabá: rememoração e invenção do passado. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho: a invenção da modernidade em Mato Grosso e sua inserção no projeto de reconstrução da nação e da nacionalidade – 1919 a 1969. *Patrimônio e Memória*. Assis, SP, v. 7, n. 1, p. 78-100, 2011.
- LEOTTI, Odegar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2013.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.
- MACIEL, Laura Antunes. *A capital de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992.
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 1998.
- MAHL, Marcelo Lapuente. O paulista e o outro: a constituição de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e identidades: São Paulo no século XX, capital e interior*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 27-48.
- MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2001.
-

- MARINHO, Marcela Irian Machado. *Francisco Adolfo de Varnhagen, a narrativa do episódio da invasão holandesa e o mito fundacional do Brasil: fato, temporalidades e sujeitos históricos e as suas ressonâncias no ensino de história*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1986.
- MENDES, Luís César Castrillon. *Publicar ou arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.
- MESQUITA, José de. *A Academia Mattogrossense de Letras (Notícia Histórica)*. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1941.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; EDUR; ANPUH Rio de Janeiro, 2011.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). In: *Diálogos*. Maringá, v. 10, n. 2, 2006, p. 149-184.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX*. Bauru: EDUSC, 2004.
- RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo histórias e memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817*. Tese (Doutorado em História Social da cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2011.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. A invenção discursiva de Mato Grosso nas páginas da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857): In: *Territórios e Fronteiras. Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, MT, v. 8, p. 153-172, 2013.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. *O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2015.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- RODRIGUES, Neuma Brilhante. *O amor da pátria, o amor das letras: as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- SANCHEZ, Edney C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, José Luiz Werneck da. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico. In: WEHLING, Arno. (Coord.). *Origens do IHGB: ideias filosóficas e sociais e estrutura de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.



---

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

TRINDADE, Vilma E. *Política, história e memória em Mato Grosso*: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

VALÉRIO, Mairon Escorsi; RIBEIRO, Renilson Rosa. Para que serve a História ensinada? A guerra de narrativas, a celebração das identidades e a morte da política. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, MT, v. 6, n. 3, p. 40-52, dez. 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 7-72.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.